

aos Const-geral

As propostas dos intelectuais na disputa pelos votos

TADEU AFONSO
Do Reportagem Local

Estrelas de correntes do pensamento econômico nacional completamente opostas, os professores Delfim Netto, 56, e José Serra, 44, têm algo em comum quando defendem a descentralização tributária e a entrega de recursos aos municípios para que estes possam

cuidar de suas próprias necessidades. Os dois também defendem o voto distrital, mas as coisas em comum terminam por aí. Delfim e Serra já divergem quando discutem a organização econômica do país. O primeiro defende a propriedade privada "como o único instrumento que o homem tem para garantir seu espaço de liberdade". O segundo, embora criticando a visão estatizante dos anos pré-64, diz que é necessária uma "visão mais moderna do Estado na economia".

Esse debate direto entre os dois já tem até uma provável data marcada: 1.º de fevereiro de 1987, quando será instalado, em Brasília, o Congresso constituinte. E os duelos verbais que o ex-ministro do Planejamento de Figueiredo e o ex-coordenador da comissão do plano de governo do que seria a administração Tancredo Neves, deverá animar os debates em torno da futura Constituição do país. Delfim (PDS) e Serra (PMDB) são candidatas a deputado federal por São Paulo. Mas não são os únicos

candidatos com origem nos bancos acadêmicos que entram na disputa. Afinal, o Brasil se modernizou desde 1946 e, agora, as estrelas não serão apenas os juristas. Os intelectuais também entrarão na luta. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB), que disputa a reeleição por São Paulo, só lamenta que não haja mais intelectuais candidatos. E cita um que deveria estar lutando por uma cadeira no Congresso constituinte: o professor Hélio Jaguaribe. "O que há de novo — diz —

é a presença de cientistas políticos e sociólogos como candidatos. Será positivo que se elejam". Assim, em São Paulo, disputam também uma cadeira de deputado federal o professor emérito da USP, Florestan Fernandes (PT), 66, o professor de Ciência Política da USP, Francisco Weffort (PT), 49, o professor de Direito Constitucional da PUC, Michel Temer (PMDB), 45, Bolívar Lamounier (PSB), 43, professor de Ciências Sociais da PUC e o professor

de Direito Penal da USP, Miguel Reale Jr. (PMDB), 42. Mas Delfim não está sozinho em sua posição. Defendendo também o pensamento privatizante, o professor de Economia da USP, Miguel Colasuonno, 47, do PFL, também disputa os votos que poderão levá-lo a Brasília. No Rio, o teórico da cultura negra, Abdias do Nascimento, 52, e a dirigente feminista Rose Marie Muraro, 55, pretendem se eleger pelo PDT.

Delfim defende retorno ao bipartidarismo

Delfim diz que não é incoerente ao defender o afastamento do Estado da economia depois de ter servido a três presidentes (Costa e Silva, Médici e Figueiredo) nos idos do regime militar. Cita, como prova, a Comissão de Desestatização que criou para privatizar empresas sob controle do governo.

Sua plataforma política inclui o retorno ao bipartidarismo, o voto distrital e o duplo escrutínio nas eleições. Segundo ele, o bipartidarismo permite democracias estáveis, onde o eleitor opta por votar em partidos com propostas mais ou menos semelhantes, sem que se criem problemas para a rotatividade no poder. "É assim — diz — que a democracia funciona no mundo inteiro. Ou com coalizões, como na Itália e que, na realidade, só funcionam porque a sociedade ignora o Estado".

No entanto, logo acrescenta: "É óbvio que propostas como essas dificilmente serão aprovadas num Congresso constituinte de políticos profissionais".

O forte de sua plataforma é a organização da economia na futura Constituição. Ele propõe a defesa do estatuto da propriedade privada, "não como um direito natural, mas como o único instrumento que o homem encontrou na sua história para garantir seu espaço de liberdade". Outro item é a organização da atividade produtiva através do mercado. "As graves crises de abastecimento — diz — que dominaram os séculos anteriores só desapareceram com o funcionamento do sistema de preços. É claro que este tem seus defeitos, mas são defeitos corrigíveis. O socialismo é que é incorrigível".

Crítica à estatização

Para Delfim, o Estado atingiu tais proporções no Brasil que acabou se convertendo num instrumento que retarda o emprego dos recursos de que dispõe. Segundo o ex-ministro, o Estado, entre garantir a segurança dos cidadãos e produzir soda cáustica, opta pela segunda. "E terminamos — diz — sem segurança e com um péssimo produtor de soda cáustica". Criticando a estatização, ele lembra que o Estado não fornece recursos adequados para a administração da Justiça. "Em compensação — afirma — transforma-se num péssimo produtor de aço".

O ex-ministro afirma que a única forma de se reduzir o tamanho do Estado no Brasil é entregar aos municípios as tarefas e os recursos para cuidarem sozinhos de suas necessidades. Assim, uma de suas metas no Congresso constituinte será



O ex-ministro Delfim Netto, candidato pelo PDS, diz que a campanha é um "exercício agradável"

a de modificar a política de distribuição de rendas entre a União, Estados e municípios, "restringindo a possibilidade do governo federal continuar em suas atividades comerciais e industriais".

Lamentando que o eleitorado não esteja atento à importância da futura Constituição, ele dá um exemplo de como uma nova distribuição de renda entre os municípios modificaria a vida de São Paulo: "Ninguém sabe, por exemplo, que o problema do trânsito em São Paulo jamais será resolvido sem uma nova discriminação de rendas. Ou, então, com uma mudança radical na organização econômica desse trânsito".

Brincadeira de Tancredo

Delfim nega que pretenda se transformar, no futuro Congresso constituinte, no líder da oposição à "Nova República". "Isso — explica — foi uma brincadeira do Tancredo Neves que me apontou como o líder da oposição a ele. O que pretendo é transmitir um pouco do que aprendi no exercício da administração".

Candidato pela primeira vez, Delfim diz que é "um exercício agradável" a procura de votos. Mas não

pretende participar de comícios e nem de grandes reuniões. "A TV — explica — acabou com isso".

O ex-ministro diz que foi "um erro mortal" a convocação de um Congresso constituinte em vez de uma Assembleia Nacional Constituinte. Mas, segundo ele, uma Constituinte teria que impor normas que não satisfariam aos políticos profissionais, "como o bipartidarismo e o voto distrital".

Crítérios rígidos

Na mesma linha de Delfim, Miguel Colasuonno condena "a bobagem do Estado empresário" que predominou na década de 60. Segundo ele, o Estado deve voltar às suas funções características: administrar a educação, saúde, previdência social, justiça e segurança pública.

Sua ideia é estabelecer, na futura Constituição, critérios mais rígidos para o controle dos orçamentos das estatais, contendo a expansão do setor público e dando mais espaço à iniciativa privada. "Cortar despesas — adverte — é ilusão. Critérios constitucionais deverão impedir o crescimento do setor público. Isso é a ideologia privatizante da economia.

No plano político, Colasuonno quer limitar a uma, a possibilidade de reeleição de parlamentares para o mesmo cargo. Na área social, defende a preferência do Estado pela pré-escola, com o abandono da prioridade para o ensino superior. E, embora isso seja uma questão mais para o Código Penal do que para uma Constituição, quer mais rigor na punição dos traficantes de drogas.

O candidato não teme uma Constituição esquerdizante. "O mundo — diz — tende para o centro". E lembra a China com sua abertura para o Ocidente capitalista. "A maioria silenciosa — diz — fatalmente será pelo centro. A classe média quer ascensão social".

No entanto, ele lamenta o descaso dos políticos pela futura Constituição e diz que não viu, até agora, nenhum candidato defendendo, na campanha, a importância do futuro Congresso constituinte. Segundo ele, uma campanha custa muito dinheiro "e seria hipocrisia dizer que não". "A opinião pública — diz Colasuonno — sabe disso e percebe a agressão dos gastos". Mas acrescenta que está gratificado por ser reconhecido na rua como ex-prefeito de São Paulo.

Reale Jr. quer eliminar a tutela sobre os cidadãos

Embora dispute pela primeira vez uma eleição legislativa, Miguel Reale Jr. não é um novato na política. Em 80, assessorou a Fundação Pedross Horta (do PMDB) e, dois anos depois, prestava assistência jurídica à campanha de Montoro para governador, de quem seria secretário da Segurança Pública. Desde o ano passado, participa da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

A prioridade de Reale Jr. é eliminar a tutela que o Estado manteve sobre os cidadãos durante estes 22 anos. "Apoiado pela doutrina de Segurança Nacional, que dividiu os brasileiros entre bons e maus", defende o "presidencialismo parlamentarizado", com um primeiro-ministro que coordene a ação governamental e a administração, mas sem a força de um chefe de governo.

Apesar de membro da Comissão Constitucional, não poupa críticas ao que ali considera errado, como a proposta de unificação das polícias estaduais que, na prática, extingue a Polícia Militar. "As Polícias Militares — são um arco de liberdade que vai de Tiradentes a Juscelino Kubitschek. Sua extinção poderá criar uma crise de segurança". Reale acha também um paternalismo a decisão de reservar 50% das vagas nas universidades federais a pessoas de baixa renda. "Isso — afirma — é a vulgarização do ensino".

No entanto, o que mais ele teme é a proibição baixada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), impedindo a presença dos candidatos ao Congresso constituinte no rádio e televisão. "Vai prevalecer — adverte — o clientelismo e o poder econômico. Terá mais chance quem tem mais dinheiro, mesmo que não tenha ideias". Segundo ele, a futura Constituição será ponto de partida e não de chegada.

"Procuradores do povo"

Professor de Direito Constitucional, Michel Temer apresenta como prioridade os plebiscitos e referendos em torno de qualquer proposta à futura Carta que tiver 1/5 de votos contrários em plenário. Ele também sugere a criação de "procuradores do povo", com garantias idênticas às dos parlamentares, com o poder de fiscalizar a ação do poder público.

Temer quer ainda a instituição do



Jurista Miguel Reale Júnior, do PMDB

"recall", sistema pelo qual os eleitores podem cassar o mandato de um parlamentar que não esteja cumprindo as tarefas para as quais foi escolhido.

O que preocupa o candidato é garantir que os princípios inseridos na futura Constituição sejam realmente cumpridos. "O capítulo dos Direitos e Garantias Individuais da atual Constituição — diz — é primoroso. No entanto, se a gente levar em conta o que aconteceu com eles nos últimos vinte anos, todos saberão de minha preocupação". Por isso, é que ele defende o referendo popular.

Sistema eleitoral misto

Candidato pelo minúsculo Partido Socialista Brasileiro, o professor Bolívar Lamounier, também membro da Comissão Constitucional, apresenta como proposta a introdução do sistema eleitoral misto. Nele, o eleitor votaria duas vezes nas eleições legislativas: num candidato do distrito eleitoral e outra na lista de um partido. Outra proposta é a permissão para que grupos de cidadãos possam apresentar projetos de leis ao Legislativo.

"A Constituinte — diz — já é um fato. Se não resolvermos os problemas do Brasil, estaremos diante de uma crise. Esse pacto político nacional terá que ser viável, sem ceder aos delírios da direita e nem à visão messiânica da esquerda", afirma Lamounier.

Serra quer evitar o retorno ao passado

Não voltar ao liberalismo econômico do século passado e nem ao pensamento estatizante pré-64. Essa é a prioridade do candidato José Serra na área econômica. O ex-secretário do Planejamento de São Paulo e ex-coordenador da equipe econômica de Tancredo Neves diz que é preciso eliminar da futura Constituição a "esquizofrenia que domina a atual, que chega a apresentar dois artigos na organização econômica do país".

Num deles (artigo 160) garante-se a liberdade de iniciativa na organização econômica. Num outro (artigo 169), faculta-se ao Executivo a intervenção em setores da economia que não sejam competitivos. "Assim, o Estado — diz — poderia intervir na indústria de cigarros e na indústria automobilística".

Segundo Serra, os futuros membros do Congresso constituinte terão que encontrar formas para regular o papel do Estado na economia "com os pés no chão. A ineficiência e os abusos são grandes no Estado. Ele deve — diz — melhorar seus serviços e procurar a eficiência sem oprimir o setor privado". Para Serra, seria loucura retirar o Estado da economia: "A economia do Brasil não é de livre concorrência mas, sim, oligopolizada".

Para o candidato, a simples redistribuição do bolo tributário para Estados e municípios não basta. Os Estados, em sua opinião, precisam ter autonomia para estabelecer alíquotas ou mesmo instituir impostos. "Não tem sentido — afirma — o Piauí e São Paulo terem o mesmo instrumento tributário."



O ex-secretário José Serra defende parlamentarismo e o voto distrital

No plano político, Serra defende um Executivo forte mas com um regime parlamentarista. O primeiro-ministro cuidaria da administração e o seu modelo seria semelhante ao francês, onde a definição da política de governo cabe ao presidente. O candidato também propõe o voto distrital, como forma de os eleitores controlarem mais seus representantes, e o estabelecimento de referendos e plebiscitos populares sobre gastos públicos.

Serra diz que a política não é novidade para ele. Foi presidente da UNE em 63/64. Quando voltou do exílio, quis ser candidato em 78, mas

foi impugnado por ter sido punido pelo AI-1. Em 82, assessorou a campanha de Montoro, de quem foi secretário.

Preocupações de Cardoso

Já o senador Fernando Henrique Cardoso tem outras preocupações. Disputando a reeleição para o Senado, ele acha que os maiores desafios que o futuro Congresso constituinte enfrentará estarão na definição de como fazer funcionar o regime democrático, administrar o país e garantir a liberdade de organização da sociedade.

Fernando Henrique adverte que a futura Constituição não será o remé-

dio definitivo para os problemas brasileiros. "Ela não vai estabelecer — lembra — qual a taxa de juros da dívida externa, a política habitacional, o nível dos salários e o ritmo das exportações".

Para ele, importante também é garantir os avanços sociais, como o de assegurar a igualdade de direitos entre o campo e a cidade. Um temor do candidato é o de que a sociedade, atenta à polarização da sucessão nos Estados, se esqueça da eleição do Congresso constituinte. "Nesta campanha — lamenta — ninguém me pergunta sobre o problema constitucional". Segundo ele, se as coisas continuarem assim, a sociedade só vai perceber que elegeu um Congresso constituinte depois de novembro. "Mas aí — diz — os deputados já estarão eleitos".

O senador considera que a eleição de Delfim Netto para a Câmara dos Deputados será benéfica para o país, "pois ele será um animador e organizador dos debates em plenário. A Constituinte — diz — deve ser um espectro da sociedade".

Fernando Henrique diz que a participação dos intelectuais nesta campanha não deve provocar estranheza. Segundo ele, sempre participaram da vida republicana do passado. E cita exemplos: Ruy Barbosa, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Alberto Torres. O que houve foi o afastamento dos intelectuais da política partidária e parlamentar depois de 64. "Alguns — diz — estavam na resistência democrática. Outros, como Delfim e Alfredo Buzaid, foram servir aos tecnocratas".

negras e a introdução da História da África nos currículos escolares. "Na prática — diz — as igrejas cultas e superiores são hegemônicas". Disputando pela segunda vez uma eleição (a outra foi em 82), Abdias reclama da falta de cobertura da imprensa para sua candidatura. Segundo ele, todo intelectual é naturalmente um político.

Rose e ele têm uma particularidade em comum. Ela diz que tem o apoio das mulheres, "sempre discriminadas", mas conta também com o voto dos "homens progressistas". Abdias concentra-se sobre o eleitorado negro, mas diz ter o apoio dos "brancos progressistas".

Florestan e Weffort temem as pressões do Executivo

O temor conjunto dos candidatos Florestan Fernandes e Francisco Weffort, do PT, é o de um Congresso constituinte congestionado e pressionado pelo Executivo. Weffort diz que o futuro Congresso terá, de saída, um perfil conservador e aponta duas desvantagens nele: a presença dos senadores ("não são representantes do povo, mas dos Estados") e a obrigação que terá, também com o Congresso Nacional, de cuidar da legislação ordinária. Para ele, "não é à-toa" que se fala na eleição de uma bancada do presidente Sarney, "destinada a controlar impulsos mais reformistas".

Já Florestan diz que foi uma "conciliação conservadora" que criou o Congresso constituinte, "viciando e criando distorções. O poder econômico está procurando representantes fiéis", afirma.

Apesar de tudo, os dois são otimistas quanto aos resultados. Assim, Florestan reconhece que a Comissão Afonso Arinos, tachada de conservadora quando de sua criação, foi produtiva "apresentando algumas medidas retrogradadas, mas outras muito avançadas". Como exemplo, cita a determinação para que a dívida externa seja investigada pelo governo e para que sejam pagos apenas 3% de juros anuais sobre o seu montante.

"O Brasil — acrescenta Florestan — não tem alternativas. O limite está no futuro e não no passado. Devemos procurar soluções válidas para o momento e para o século 21. Ou, então, ficaremos no pantano".

O Estado sob o controle dos trabalhadores e o direito de os cidadãos apresentarem projetos de leis ou revogarem leis são suas prioridades. "Devemos — diz — criar uma democracia que atenda ao desenvolvimento da produção capitalista e ao interesse da população". Para ele, democracia "é a participação ampliada com a maioria da população". Doente, Florestan diz que não queria ser candidato. "Mas era um dever aceitar. O PT estava cercado por todos os lados, como nos casos de Leme e no assalto ao banco na Bahia", afirma. Ele lembra que milita na política desde 1950 e explica: "O que há de novo, agora, é que sou candidato".

Rever sistema legal

Weffort admite que o futuro Congresso constituinte será um ponto de



Sociólogo Florestan Fernandes, do PT

partida para a democracia. Para ele, a prioridade é rever todo o sistema legal que forma o Estado. "A futura Constituinte será melhor do que a de 46". Segundo o candidato, o Brasil mudou, cresceu e se desenvolveu. "E isso é motivo para se confiar", afirma.

Weffort defende como prioridades na futura Constituição a instauração do sistema parlamentarista de governo, com um presidente eleito e escolhendo o primeiro-ministro, que pode ser destituído pelo Congresso. O candidato prega também o pluralismo partidário, a liberdade de organização e associação, com a abolição da tutela estatal sobre os sindicatos.

O problema, segundo ele, será a revisão da legislação normal. "Esse trabalho, afirma — vai engasgar no entulho que vem desde muito. O Código Penal é de 1917, a CLT é da década de 40. O país ainda tem uma estrutura legal corporativista, machista e autoritária", diz Weffort. Ele não se preocupa com eventuais preconceitos que cerquem os intelectuais que se aventuram na política. "Já houve disso — diz — dentro do PT. E o que há de inovador no pensamento político foi feito por políticos práticos ou gente ligada a partidos". Como exemplo, cita Maquiavel, Locke e Rousseau, "sem se falar dos marxistas". Segundo Weffort, "o melhor livro sobre o 2.º Império foi escrito por um político. E a biografia de Nabuco de Araújo, escrito pelo seu filho, Joaquim Nabuco, um político".

Rose Muraro quer formar "lobby dos pobres"

Ela sempre foi uma líder feminista. Aos 55 anos, Rose Marie Muraro diz que deixou suas preocupações intelectuais para se eleger deputada federal pelo PDT fluminense e formar no futuro Congresso constituinte "o imenso lobby dos pobres". "Já pensou o barulho que poderemos fazer se elegermos oitenta deputados no país?", pergunta.

Rose diz que suas prioridades são o controle da sociedade sobre o Estado e os princípios gerais da Constituição. Como exemplo, cita a criação de conselhos formados por "organizações populares" para controlar a concessão de canais de rádio e televisão. Outra prioridade é o "con-

trole dos oprimidos sobre a tecnocracia". Segundo ela, "se isso já existisse, o dinheiro gasto em Angra dos Reis, com as usinas atômicas, e no pagamento da dívida externa, já teria sido suficiente para promover a reforma agrária".

A candidata diz que 80% do futuro Congresso constituinte serão conservadores. Mas espera a eleição de 20% de representantes "dos camponeses, negros e mulheres" para formar o "lobby dos pobres".

"Você vai pegar o pior para esse Congresso. Como o voto de Roraima pode ter o mesmo peso ou mais peso do que o de S. Paulo?", diz ela. Rose conta com as comunidades eclesiais

de base também para se eleger. E diz que já recebeu proposta de suborno para que, se eleita, ajudasse a eliminar a reserva de mercado na informática.

Condenação do racismo

Já as prioridades de Abdias do Nascimento, também candidato pelo PDT, se voltam para os negros. Ele propõe uma ação compensatória, na Constituição, "para os negros acorrentados na África e espolidos no Brasil". Reclama também a introdução de um item condenando o racismo e garantindo aos negros a igualdade de direitos e oportunidades em relação aos brancos. Abdias pede ainda o reconhecimento das religiões